

O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

Como citar este texto: QUADROS, Mirian Redin de; AMARAL, Márcia Franz. O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 10, n. 01, pp. 119-137, jan./jun. 2019.

O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz¹

Mirian Redin de Quadros²

Márcia Franz Amaral³

Resumo

O artigo aponta o projeto dramático como critério fundamental para a concessão de voz aos ouvintes no processo de configuração das narrativas jornalísticas radiofônicas transmitidas em tempo real. Fundamentada teórica e metodologicamente na obra de Luiz Gonzaga Motta (2013), a pesquisa busca as marcas discursivas que indicam os critérios responsáveis por nortear os profissionais do rádio no acionamento dos ouvintes, elevando-os à posição de personagens das narrativas. O texto analisa três narrativas veiculadas em 2016, pelo programa Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha. O artigo conclui enfatizando o caráter argumentativo e intencional das narrativas, e reflete acerca das razões que levam as emissoras de rádio a incentivarem a interação com seus ouvintes e a lhes concederem, ainda que de forma momentânea e controlada, um espaço privilegiado de enunciação.

Palavras-chave: Narrativa jornalística; Radiojornalismo; Participação do ouvinte.

Considerações iniciais

¹ Versão revista e ampliada do artigo apresentado no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado em São Paulo, de 7 a 9 de novembro de 2018.

² Jornalista pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Mestre e Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen. E-mail: mirianrq@gmail.com

³ Jornalista e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizou estágio pós-doutoral na Universitat Pompeu Fabra (Barcelona - Espanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (UFSM/CNPq). E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com.

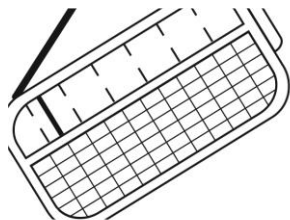


Por que o rádio concede voz a seus ouvintes, tornando-os personagens de suas narrativas jornalísticas? A que serve ao rádio as contribuições vindas da audiência? Que critérios orientam o acionamento dos ouvintes e a concessão de voz a eles? Estas são algumas das questões que norteiam nossas reflexões neste artigo. Tomamos como ponto de partida os resultados obtidos pela pesquisa “O lugar do ouvinte nas narrativas radiofônicas: concessão de voz e critérios de acionamento dos ouvintes-enunciadores” (QUADROS, 2018), para aprofundarmos a relevância do projeto dramático para a concessão de voz⁴ aos ouvintes.

Amparando-nos teórica e metodologicamente na obra de Luiz Gonzaga Motta (2013), considerarmos o jornalismo radiofônico como uma narrativa. Deste modo, enfatizamos aspectos de caráter discursivo – os conflitos pelo poder de enunciação e a produção de sentidos que se dão no interior do processo de narração, por exemplo. Nossas reflexões buscam ampliar a noção de narrativa radiofônica para além das técnicas de redação e locução apresentadas nos manuais de radiojornalismo, expondo a opacidade do processo de configuração das narrativas sonoras, principalmente no que se refere à interatividade e à concessão de voz aos ouvintes.

Consideramos, ainda, que a narrativa jornalística no rádio precisa da voz do ouvinte e que este cumpre vários papéis, mas sua convocação ocorre sempre no interior de uma atitude argumentativa e de relações de poder. Assim, mostramos que a audiência mais ativa em função das ferramentas tecnológicas de interação não subverte a autoridade do discurso jornalístico, pois os narradores ordenam estrategicamente fatos e sujeitos de acordo com determinados enquadramentos. Os ouvintes podem contribuir com a configuração da intriga e até pontualmente se opor a ela, mas sua participação é direcionada de acordo com a intencionalidade que permeia a narração –

⁴ Empregamos o termo “voz” ao referirmo-nos aos sujeitos enunciadore, de forma distinta ao uso do conceito pela Análise do Discurso (AD). Prince (1989, p. 102-103) nos ajuda a assinalar a diferença entre as duas abordagens ao explicar que a voz sob o viés da AD representa um ponto de vista, fornecendo “informações sobre ‘quem vê’, quem percebe, que ponto de vista governa as narrativas”. Já sob a ótica da narrativa, a voz indica “‘quem fala’, quem é o narrador, em que consiste a instância narradora”.



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

em outras palavras, há sempre um projeto dramático que sustenta a narrativa jornalística.

Uma terceira discussão proposta pelo estudo considera o ouvinte que participa como mais um personagem da história, reconhecendo que, ao serem acionados, estes se tornam “escolhas do projeto dramático de um sujeito narrador que faz opções argumentativas todo o tempo, procurando envolver o destinatário” (MOTTA, 2013, p.177). Ou seja, a presença do ouvinte-enunciador⁵ na narrativa é conformada por um narrador (o jornalista), sujeito responsável por determinar tudo o que se passa na e com a personagem. Quando o ouvinte fala, por quanto tempo e como ele é introduzido na narrativa são decisões que cabem ao narrador.

Em nossa pesquisa, analisamos cinco narrativas radiofônicas distintas, veiculadas na Rádio Gaúcha⁶, durante o programa Gaúcha Atualidade⁷, no período de julho a setembro de 2016. O estudo teve como objetivo identificar, pela análise das marcas discursivas das narrativas selecionadas, quais os critérios que norteavam os jornalistas no processo de acionamento e concessão de voz aos ouvintes-enunciadores.

Como movimentos analíticos, partimos da reconstrução de cada narrativa, naturalmente fragmentada pela lógica radiofônica, e da compreensão dos paradigmas narrativos, observando, em cada caso, a intriga central, pontos de virada, episódios e o projeto dramático adotado pelos narradores. Em uma segunda etapa, identificamos as

⁵ Denominamos de ouvinte-enunciador o receptor de rádio que busca estabelecer uma relação com a emissora, utilizando-se de ferramentas interativas para enviar informações, opiniões, perguntas, correções ou críticas, e que tem sua voz, ainda que de forma indireta, inserida na narrativa. Diferencia-se do ouvinte que somente consome a programação radiofônica sem interagir com o meio (QUADROS; AMARAL, 2016).

⁶ Emissora FM mais ouvida na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2017 (EXCLUSIVO..., 2017), a Rádio Gaúcha pertence ao Grupo RBS e está sediada em Porto Alegre. Caracteriza-se como emissora jornalística com formato *talk and news*, com programas jornalísticos (de notícias, entrevistas e debates) e de jornalismo esportivo (jornadas esportivas e mesas redondas). Transmite em AM, FM, via internet e TVs por assinatura.

⁷ Veiculado de segunda à sexta-feira, das 8h10 às 10h, o Gaúcha Atualidade é apresentado por Daniel Scola, Rosane de Oliveira e Carolina Bahia. O formato do articula notícias, entrevistas e debates, com participação de comentaristas, repórteres e interação com a audiência.



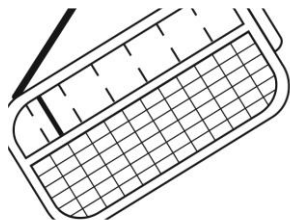
personagens das narrativas e, por fim, analisamos os vestígios discursivos indicativos dos atributos responsáveis por induzir os jornalistas no processo de acionamento dos ouvintes, elevando-os à posição de narradores-personagens das narrativas.

Os resultados da pesquisa apontaram para sete critérios responsáveis por influenciar a concessão de voz aos ouvintes: 1) o tipo de acontecimento narrado; 2) a atualidade e a imediaticidade das mensagens enviadas pela audiência; 3) a saturação de mensagens com conteúdo semelhante; 4) o teor testemunhal e a credibilidade da informação enviada pelo ouvinte; 5) a localização geográfica do ouvinte-enunciador; 6) a qualificação do ouvinte-enunciador; e 7) a adequação e reforço ao projeto dramático assumido na narrativa.

A conformação da mensagem e do próprio ouvinte-enunciador ao projeto dramático adotado pela emissora e seus profissionais diante de cada uma das narrativas, mostrou-se um dos critérios mais marcantes. Percebemos, em todas as narrativas, a adoção de determinados enquadramentos, responsáveis por nortear o relato dos acontecimentos e, conseqüentemente, a concessão de voz e a hierarquização das personagens.

Tendo como foco esse último critério de acionamento, desenvolvemos neste artigo uma discussão acerca da relevância do projeto dramático na concessão de voz aos ouvintes a partir da análise de três narrativas radiofônicas: sobre a greve dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran), veiculada em 25 de julho de 2016; sobre a crise na segurança pública no Rio Grande do Sul, configurada no dia 26 de agosto de 2016; e sobre um dia de protestos contra as reformas trabalhista e previdenciária, levada ao ar em 22 de setembro de 2016. Contextualizando nossas reflexões, iniciamos apresentando a abordagem teórica e metodológica adotada na pesquisa.

O jornalismo e o radiojornalismo como narrativas



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

A linearidade cronológica do relato, a ação das personagens e a existência de uma intriga, episódios e pontos de virada são elementos que costumam ser associados às narrativas tradicionais – romances, fábulas, contos e mitos. Afinal, quem narra conta uma história. Era desta forma que os primeiros teóricos da Narratologia, ligados às escolas Estruturalistas e Formalistas, compreendiam as narrativas, até meados do século 20: como estruturas textuais compostas por determinadas unidades funcionais encadeadas de forma a compor um modelo.

Foi após a virada linguística, na segunda metade do século passado, sob a influência de movimentos como a Pragmática e a Hermenêutica, que as narrativas passaram a ser interpretadas de forma mais ampla, para além das textualidades. A partir de então, passou-se a considerar as narrativas como um processo, reconhecendo-se, fundamentalmente, o papel dos sujeitos e do contexto no ato simbólico de se contar histórias. As narrativas deixaram de ser vistas como uma obra fechada, para assumirem uma função de mediação entre as experiências do mundo da vida e a apreensão desta “realidade” pelo homem.

Tomando como referência a obra de Motta (2013), consideramos que todo texto narrativo é “produto de um ato intencional em contexto” (p. 176), em que um narrador ordena estrategicamente fatos e sujeitos de acordo com um projeto dramático. Mais que um conjunto de procedimentos técnicos de escrita, as narrativas são fenômenos culturais, atrelados à realidade. Por isso, “narrar é estabelecer um modo de compreensão do mundo, de configurar experiências e realidades” (LEAL, 2013, p. 28).

Sob essa perspectiva, compreendemos o jornalismo como um produto simbólico que, por meio de estratégias e técnicas enunciativas, estabelece uma mediação entre os acontecimentos “reais” e a sociedade. Ao dotar acontecimentos e sujeitos aparentemente isolados de significações, situando-os em um contínuo temporal, as notícias enquadram a realidade dentro de referências culturais preestabelecidas. Desta forma, ensinam e orientam, mais do que apenas relatam e informam. Para Carvalho (2013), é justamente por meio dessas vinculações sociais e da articulação dos saberes

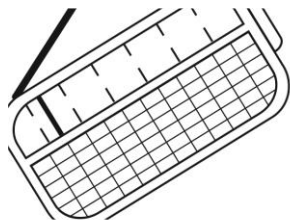


compartilhados em um determinado contexto que as narrativas nos ajudam a compreender o nosso entorno, ao mesmo tempo em que este também condiciona a nossa compreensão das narrativas. Segundo o autor (2012), uma narrativa só existe se inserida em um contexto social, assim como os fatos cotidianos somente adquirem sentidos quando narrados.

Esse entendimento acerca do jornalismo enquanto ato narrativo aplica-se não somente a produtos impressos – originalmente objetos das primeiras reflexões teóricas da narratologia –, mas também a outras modalidades midiáticas, entre elas o rádio. O radiojornalismo se configura como uma narrativa, porém dotada de peculiaridades decorrentes, principalmente, das características técnicas do meio.

A mobilidade, o imediatismo na transmissão, a instantaneidade da recepção, a sensorialidade, a autonomia, assim como a linguagem sonora são condicionantes da narrativa radiofônica. Se por um lado, a linguagem estritamente sonora do rádio de antena impõe certas exigências à construção do texto radiofônico – clareza, objetividade e concisão na redação, por exemplo –, por outro, agrega elementos capazes de enriquecer a narrativa, contribuindo para a construção simbólica dos acontecimentos e o processo de interpretação da mensagem pelos ouvintes. É por isso que, diferente dos meios impressos, a narrativa no rádio envolve diversas “camadas”: o texto falado, a entonação da voz do locutor, a trilha de fundo, os efeitos sonoros, os ruídos da transmissão e até mesmo os silêncios colaboram para a construção da mensagem radiofônica. Na ponta final, todos esses elementos adquirem significação pela percepção criativa do ouvinte.

Guarinos (2009), amparando-se em Balsebre (2007), afirma que o rádio provoca a geração de imagens sonoras. Ao articular narrativamente sons já estabelecidos na sonos-fera humana, estes adquirem uma nova significação, configurando uma representação sonora da realidade, que se transforma em representação visual pela ação interpretativa do ouvinte. Para a autora, contudo, a realidade que é recriada no imaginário do ouvinte precisa ser conduzida por uma continuidade que articule cenários, personagens e ações. A construção da continuidade espetacular implica na ação do ouvinte, que deverá valer-se das “pistas” deixadas na programação para



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

reconstruir a história narrada a partir dos fragmentos – notícias, reportagens, entrevistas, comentários, suítes, efeitos sonoros e até mesmo entonações de voz – apresentados ao longo dos diferentes programas de uma emissora. Essa narrativa ampliada, apresentada pelo rádio e reconstruída pelo ouvinte, contém a representação sonora não somente de um acontecimento específico, mas reflete, também, a realidade de um determinado tempo e espaço, valores e relações sociais vigentes. Cada unidade que constitui um programa de rádio é uma micronarrativa. O modo como essas micronarrativas são organizadas dentro dos programas e da programação visa a imprimir ordem e sentido à realidade.

Além disso, dada a efemeridade da mensagem radiofônica e as transmissões em tempo real, a narrativa no rádio costuma ser construída quase que simultaneamente à ocorrência dos acontecimentos, sendo atualizada constantemente e de modo fracionado. A compreensão e a interpretação do fato narrado dependem, então, da adoção de um olhar narrativizante – ou uma escuta narrativizante –, conforme nos orienta Leal (2006). É mediante a adoção desta postura que o ouvinte de rádio constrói para si uma narrativa radiofônica única, conectando todos os fragmentos de forma coerente, valendo-se de seus próprios referenciais e vinculações sociais para atribuir sentidos à mensagem.

Esse processo de representação simbólica e efêmera da realidade por meio da configuração das narrativas jornalísticas, todavia, não é simples. Motta (2013) nos lembra que a configuração das narrativas abriga negociações e disputas entre seus interlocutores. O texto jornalístico é, naturalmente, polissêmico e, idealmente, polifônico: é composto por diversas vozes – do veículo, dos jornalistas e das fontes – almejando diferentes pontos de vista. Isso nos leva a perceber o jornalismo como um lugar de conflitos, em que diferentes sujeitos disputam visibilidade. Para Motta (2013), os narradores estão em permanente negociação política e simbólica, buscando sobrepujar seus próprios pontos de vista e, assim, conquistar o poder de fazer crer, dominando a versão hegemônica do relato: “na narrativa jornalística ele [o poder



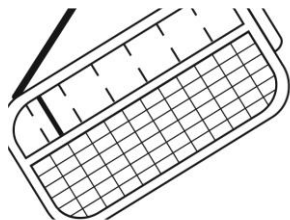
simbólico e político] se exerce através do incessante embate diário pela construção da ‘verdade’” (MOTTA, 2013, p. 9).

Nesse sentido, jornal e jornalistas detêm uma posição privilegiada, pois cabe a estes sujeitos enunciadorees o ordenamento da narrativa e a concessão de voz aos demais narradores. Essas escolhas, como já enfatizamos, se dão de acordo com determinados critérios, entre eles o projeto dramático.

O projeto dramático como critério de acionamento dos ouvintes-enunciadores

As narrativas jornalísticas são sempre intencionais e argumentativas, uma vez que aquele que “narra tem sempre algum propósito: nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa. Quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido” (MOTTA, 2013, p. 196). Toda narrativa, então, ensina, defende, desconstrói ou condena algo; oferece uma visão de mundo singular e um modo de interpretar os fatos de acordo com as vinculações sociais do veículo, dos profissionais e dos sujeitos a quem é concedido o poder de voz. Com isso, não estamos afirmando que as narrativas jornalísticas manipulam ou distorcem a realidade, mas, sim, assumindo um entendimento do jornalismo como uma construção discursiva, uma prática simbólica que, mesmo travestida por um compromisso com a verdade, subjaz interesses políticos, econômicos e ideológicos.

A intencionalidade que permeia a narração está presente em todas as narrativas, sejam elas ficcionais ou factuais, independente do suporte midiático em que sejam configuradas. Os objetivos de cada narrativa, contudo, não são estáveis e absolutos, especialmente quando nos referimos ao jornalismo. Diferente das narrativas de ficção, as jornalísticas são configuradas a partir do entrelaçamento de diferentes vozes e personagens, numa busca idealista por imparcialidade e objetividade. A construção de um discurso plural é uma característica aspirada e um valor intrínseco à prática jornalística e sua função mediadora. As diferentes vozes acionadas neste discurso,



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

entretanto, também almejam sobrepor suas próprias visões de mundo, provocando uma disputa por poder e visibilidade.

Por serem mais porosas e efêmeras, as narrativas radiofônicas admitem a participação dos ouvintes de modo mais naturalizado que outras mídias e, hoje, diante das novas tecnologias, de forma cada vez mais intensa e dinâmica. Essa capacidade de intervir no conteúdo veiculado no rádio, no entanto, permanece sob o controle do jornalista – é este profissional que avalia, seleciona, ordena e molda a participação do ouvinte na narrativa, de acordo com suas intenções e com o projeto dramático assumido.

A participação do ouvinte no rádio, portanto, também não é um processo inocente e desinteressado, mas, sim, estratégico. Apesar de contribuir de diversas formas para a configuração das narrativas – servindo como alerta para um acontecimento inesperado; oferecendo pontos de vista diversos; fornecendo informações desde locais distantes e de forma ágil, suprimindo a carência de profissionais da emissora ou ainda testemunhando com base em sua própria experiência –, percebemos, a partir da pesquisa realizada, que é o projeto dramático assumido em cada narrativa o principal critério determinante para a concessão de voz ao ouvinte-enunciador. Ou seja, o ouvinte somente conquista um lugar na narrativa quando sua fala for autorizada pelo veículo de comunicação, e isso se dá à medida que sua mensagem ou sua própria representação contribuem, de alguma forma, com as intenções subjacentes da emissora e dos seus profissionais no ato de narração de um determinado acontecimento.

Nas cinco narrativas que analisamos, o papel do projeto dramático no acionamento dos ouvintes foi percebido em todos os casos: ora de modo explícito, ora velado. Em três delas, contudo, mostrou-se mais evidente. Apresentaremos a seguir algumas considerações e exemplos de como as contribuições dos ouvintes foram utilizadas na configuração das narrativas sobre um dia de protestos em Porto Alegre,



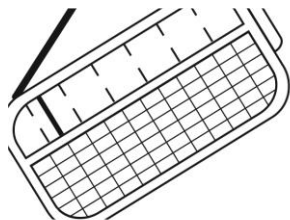
sobre a greve dos servidores do Detran e sobre a crise na segurança pública no Rio Grande do Sul.

Na cobertura dos protestos ocorridos no Dia Nacional de Paralisação e Mobilização, em 22 de setembro de 2016, a narrativa configurada pela Rádio Gaúcha desaprovava as manifestações convocadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais. A narrativa deste acontecimento programado concentrou-se no monitoramento dos protestos em diferentes locais de Porto Alegre, por meio da atuação da reportagem, com ênfase nos prejuízos provocados no trânsito da capital. Apesar de concordar com grande parte das reivindicações dos manifestantes, essencialmente contrárias às reformas trabalhista e previdenciária – pautas que já vinham sendo abordadas em edições anteriores do programa– a emissora preferiu esvaziar a discussão de caráter político, atendo-se a uma cobertura rasa e pragmática do acontecimento.

A narrativa configurada mostrou-se monofônica, com poucas vozes e apenas um ponto de vista. A participação dos ouvintes foi restrita: foram lidas apenas seis mensagens enviadas pela audiência, quando a média, nas demais narrativas analisadas, foi de 17 mensagens veiculadas. Outras três fontes de informação foram mencionadas na narrativa: a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre (Concepa) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). As informações levadas ao ar a partir destas fontes, contudo, nos soaram como consultas a páginas na internet, postagens em redes sociais ou informes oficiais emitidos pelas mesmas. Tratava-se de informações buscadas pelos profissionais da rádio como parte do processo de apuração, sendo levadas ao ar de modo indireto.

Lideranças sindicais, manifestantes, autoridades de segurança, representantes do governo federal e nem mesmo motoristas ou pessoas comuns afetadas pelos protestos tiveram espaço. A voz institucional, representada pelos apresentadores, repórteres e comentaristas, foi predominante.

Entre as poucas mensagens levadas ao ar, uma delas foi justamente uma crítica à cobertura realizada pela Gaúcha. A opinião do ouvinte, entretanto, foi utilizada enfaticamente como forma de reforçar a posição da emissora diante do acontecimento



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

narrado, como demonstra o trecho transcrito a seguir, um diálogo entre os apresentadores Rosane de Oliveira e Daniel Scola:

– [Rosane de Oliveira] Aqui o Eduardo Camargo dizendo: “Por favor, alguém explica pra Rosane que protestos não violam o direito de ir e vir. Não deixem ela falar bobagem no ar. Bloquear uma rua não viola o direito de ir e vir até porque existem outras vias que podem ser utilizadas”. Não, Eduardo. O senhor está enganado. Dependendo do que se bloqueia, sim, fere o direito de ir e vir. [...]

– [Daniel Scola] Além do mais, nós temos uma posição aqui, sem julgar os motivos que levam ao protesto e acho que esse protesto de hoje inclusive está acontecendo; os trabalhadores têm até muita razão em querer discutir, em querer se manifestar [...]. Agora, trancar, bloquear o direito de ir e vir, ah isso aqui, independentemente das motivações, o ato de bloquear vai ser sempre condenado pela gente aqui. Isso vale pra protesto de trabalhadores, protestos de ruralistas, pra qualquer tipo de protesto. É uma linha que a gente adota aqui já há muito tempo na nossa programação.

Já nas narrativas veiculadas nos dias 25 de julho e 26 de agosto de 2016, sobre a greve dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul e sobre a crise na segurança pública enfrentada pelo estado, respectivamente, o projeto dramático foi claramente de crítica ao governo estadual. Nestes dois casos, o acionamento dos ouvintes foi direcionado para o reforço das argumentações desenvolvidas nas narrativas.

No caso do programa que abordou a greve dos servidores do Detran, a intriga geradora da narrativa foi o balanço das duas semanas de duração da greve, assinaladas naquela segunda-feira de julho. O foco inicial da narrativa foi os problemas causados à população em função da paralisação das atividades no setor, evoluindo, ao longo do programa, para uma crítica generalizada aos serviços prestados pelo Departamento e principalmente aos valores cobrados. De forma indireta (mas nem sempre), a emissora tecia críticas ao governo do estado, primeiro pela demora na resolução da greve e, depois, pela má qualidade dos serviços. Novamente, nesta narrativa, há um posicionamento contrário da emissora à greve e um cerceamento da expressão das

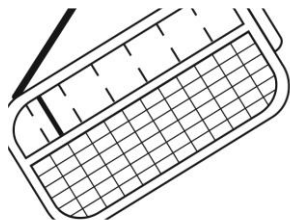
fontes ligadas ao movimento grevista: enquanto o secretário estadual de Administração foi entrevistado ao vivo, via telefone, pelos apresentadores do programa, o presidente do Sindicato dos Servidores do Detran teve uma sonora gravada pela equipe de produção e veiculado, posteriormente, ainda durante o programa. Ambas as fontes tiveram suas intervenções mediadas e controladas pelos profissionais da emissora de acordo com o projeto dramático adotado para a narrativa. Entretanto, enquanto o primeiro teve a liberdade de interagir e rebater as críticas, o segundo teve um espaço de fala limitado pela rádio.

Esse controle sobre as vozes da narrativa de acordo com o projeto dramático assumido é ainda mais evidente quando nos concentramos nas mensagens atribuídas aos ouvintes. Foram 13 mensagens lidas no ar, sendo que nove continham relatos de experiências negativas com o Detran, reclamações sobre os serviços e manifestações de indignação em relação aos valores praticados. As expressões e a entonação de voz dos apresentadores, logo após a leitura das mensagens, denotavam o alinhamento entre os pontos de vista dos apresentadores (que representam a emissora) e os ouvintes, como podemos observar nas sequências a seguir:

– [Daniel Scola] Tem ouvinte indignado aqui. Olha, ele quer saber onde eu paguei a carteira de habilitação por mil reais. Mil reais. Ela custa quase 2 mil, diz o ouvinte Ademir, em mensagem ao programa. *Quase 2 mil reais pela CNH? Primeira CNH? Chega a isso já?*

– [Rosane de Oliveira] Agora tem ouvinte dizendo que a história da gratuidade não é bem assim. Felipe Machado diz que na verdade a pessoa se inscreve e que a gratuidade é dada por sorteio. *Não pode ser.*

Há ainda nesta narrativa, o uso das contribuições da audiência como fundamentação para a elaboração de uma pergunta dirigida ao entrevistado – algo também observado em outras narrativas analisadas. Neste caso, a apresentadora Rosane de Oliveira não atribuiu a mensagem a uma pessoa específica, mas à coletividade dos ouvintes, empregando expressões no plural:



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

– [Rosane de Oliveira] Pra gente encerrar, secretário, porque eu tenho *muitas mensagens aqui de pessoas reclamando* do problema dos carros que são guinchados, que são apreendidos e a pessoa não pode retirar. Não tem como ter uma solução emergencial pra isso?

A atribuição do argumento a um sujeito que representa o coletivo da audiência leva a uma sensação de consenso, como se o conjunto, ou ao menos uma parcela significativa da audiência, compartilhasse as mesmas opiniões. Esse tipo de estratégia reforça o projeto dramático da narrativa e é capaz de constranger a fonte entrevistada, levando-a a repensar seu discurso de forma a não provocar uma repercussão negativa para si.

O governo é, também, o vilão da narrativa sobre a crise na segurança pública no Rio Grande do Sul. A onda de violência no estado era um assunto que já vinha sendo abordado sistematicamente pela Gaúcha. A escolha desta pauta para o programa do dia 26 de agosto foi motivada por quatro grandes acontecimentos registrados entre os dias 25 e 26 de agosto: o assassinato de uma mulher enquanto esperava o filho sair da escola, em Porto Alegre; a exoneração do secretário estadual de segurança; a criação de um Gabinete de Crise no governo gaúcho; e a viagem do então governador José Ivo Sartori a Brasília em busca do auxílio da Força Nacional de Segurança.

Predomina, nesta narrativa, o tempo dedicado às vozes autorizadas, sejam elas fontes oficiais ou profissionais da emissora. Apesar de gerar um significativo engajamento dos ouvintes (expresso pela apresentadora Rosane de Oliveira em manifestações como: “Explodiu hoje, Scola, explodiu mesmo nosso *WhatsApp*. [...] eu acho que nunca tivemos tantas mensagens” ou “não consigo dar conta, tô o tempo todo grudada no *WhatsApp* de tantas mensagens dos ouvintes com muitas sugestões para a segurança pública”), o acionamento dos ouvintes foi pouco expressivo: cinco ouvintes foram identificados e 12 mensagens lidas no ar. Os ouvintes-enunciadores tiveram uma posição de coadjuvantes com pouca visibilidade, sendo acionados com uma função instrumental.

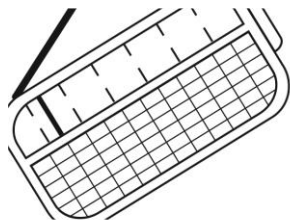


Novamente, neste caso, registramos a leitura de mensagens contendo críticas dirigidas à emissora e utilizadas, na narrativa, em prol do projeto dramático. A veiculação deste tipo de mensagem mostrou-se estratégica por duas razões. Primeiro porque, ao rebatê-las no ar, jornalistas e rádio teve a oportunidade de reforçar seus próprios argumentos e o projeto dramático assumido naquela narrativa. Ao mesmo tempo, ao dar voz a um posicionamento contraditório a emissora provocou um efeito de pluralidade, como se estivesse atestando sua abertura para opiniões divergentes – uma das estratégias de objetividade apontadas por Tuchman (1999). A aparente polifonia, entretanto, dissimula uma narrativa ancorada em um único ponto de vista.

Além desses exemplos específicos, notamos também que, de maneira geral, em todas as narrativas analisadas, o alinhamento das mensagens enviadas pelos ouvintes ao projeto dramático foi mais perceptível em trechos opinativos. O acionamento de ouvintes-enunciadores, especialmente durante comentários dos próprios apresentadores, ajudou a corroborar seus argumentos, como se a mensagem do ouvinte endossasse e legitimasse seus posicionamentos, refletindo uma opinião consensual entre emissora e audiência. O trecho a seguir, retirado da narrativa sobre a crise na segurança exemplifica este tipo de acionamento do ouvinte-enunciador:

- [Daniel Scola] Ainda bem que nós não estamos sozinhos nesse debate, Rosane e Carolina, sobre a responsabilidade do receptor na cadeia do crime. Recebi aqui enquanto a gente fazia o comentário, enquanto fazia as observações no bloco anterior, várias mensagens de delegados, de promotores, de procuradores. Vou ler só uma mensagem aqui do promotor [...]. “Vocês estão absolutamente corretos na questão da responsabilidade dos receptores quanto a prática de crimes graves. Sempre defendi essa tese”. Promotor [...] que é experiente na área criminal, tem um longo trabalho nesta área.

A identificação dos ouvintes-enunciadores, nestes casos, ora se dava por meio da massificação destes (a atribuição da autoria da mensagem a um ouvinte que representa a coletividade da audiência), ora pela qualificação do interagente, quando esta era condizente com a pauta em discussão. Ou seja, também a forma como estas personagens foram introduzidas na narrativa sofreu interferência do projeto dramático.



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

No exemplo citado, a referência à opinião de um promotor agrega credibilidade à participação da audiência.

Por fim, devemos pontuar que, mesmo menos evidente, também as mensagens de cunho informativo foram acionadas de modo a enfatizar o projeto dramático e os interesses da emissora. Na narrativa sobre a greve do Detran, por exemplo, diversos ouvintes contribuíram com informações sobre os valores e prazos praticados pelo Departamento. Essas mensagens costumavam ser inseridas na narrativa com tom de indignação, geralmente associadas a comentários de crítica ao órgão.

Considerações finais

As três narrativas cuja análise apresentamos neste artigo permitiam a adoção de vários outros projetos dramáticos: o dia de protestos poderia promover uma discussão sobre as reformas políticas, articulando vozes contrárias e favoráveis às propostas do governo federal; a narrativa sobre segurança poderia dar voz a mais vítimas, configurando uma narrativa mais emotiva ou, ainda, convocar especialistas para sugerir soluções ao problema; já a cobertura da greve do Detran poderia problematizar as reivindicações dos servidores. Ao optarem por qualquer um destes possíveis projetos dramáticos, a emissora e o programa estariam adotando um enquadramento específico e, a partir dele, selecionariam quais as vozes que seriam ecoadas ou não. Em outras palavras, independente do posicionamento ideológico adotado em cada um dos casos analisados, o projeto dramático revelou-se um elemento fundamental e presente em todas as narrativas. O que buscamos enfatizar, a partir dos exemplos expostos, é o papel que ele desempenha no processo de concessão de voz aos personagens das narrativas jornalísticas, especificamente, os ouvintes-enunciadores. Consequentemente, defendemos que a participação da audiência no rádio não pode ser considerada uma prática polifônica naturalizada no radiojornalismo, tampouco significa que a emissora está abrindo mão de sua autoridade enunciativa dos discursos jornalísticos.

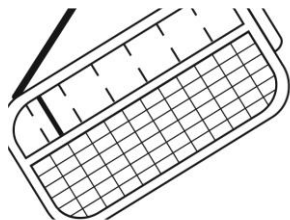


O acionamento e a concessão de voz aos ouvintes são instrumentais e controlados. A convocação dos ouvintes-enunciadores serve a um determinado propósito e é conformada na narrativa de acordo com uma intencionalidade específica. O modo como esse ouvinte “fala” na narrativa ajuda a sustentar nosso argumento. As contribuições da audiência são levadas ao ar, essencialmente, pela voz dos apresentadores, portanto de modo indireto. Ainda que seja tecnicamente possível por meio do envio de mensagens de áudio ou ligações telefônicas, são raras as situações em que a voz do ouvinte, de fato, vai ao ar (não registramos nenhuma ocorrência nas cinco narrativas analisadas). É mais seguro para os jornalistas que essa interação se dê de modo indireto, pois assim é possível manter o controle discursivo sobre a enunciação. Falando por intermédio dos profissionais os ouvintes têm pouca capacidade de interferência na narrativa, sendo colocados em uma posição de coadjuvantes.

É claro que o ouvinte também não é inocente. Ele próprio, ao interagir com o rádio, o faz com alguma intenção. Ele pode estar buscando visibilidade para si, suas ideias ou mesmo produtos. Pode estar tentando demonstrar ou defender uma visão de mundo particular. Pode, também, estar à procura de um diálogo desinteressado ou, ainda, exercitando sua cidadania, sentindo-se útil ao colaborar com o jornalismo. A grande questão é que, independente da intenção que move o ouvinte a interagir, ele somente conquistará um lugar na narrativa se o jornalista e a emissora permitirem.

A narrativa jornalística radiofônica se alimenta da intriga e dos conflitos, que são aprofundados pela intensificação da participação do ouvinte. Estes conflitos, contudo, em alguma medida acabam sucumbindo a um determinado enquadramento, atendendo a interesses e intenções mais amplos e profundos: “são manifestações de superfície de outros conflitos ainda mais profundos, latentes em todo discurso narrativo, embora analiticamente necessitemos compreender primeiro os conflitos de superfície das histórias para chegar aos mais profundos” (MOTTA, 2013, p. 205).

Ainda que hoje conectado e mais ativo, o ouvinte-enunciador ainda desempenha um papel passivo na configuração das narrativas, pois permanece subordinado ao controle narrativo dos jornalistas e da emissora de rádio. Isso demonstra que somente a tecnologia e as novas formas de interação não são capazes de modificar a hierarquia



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

do processo de construção do discurso jornalístico. A autoridade enunciativa permanece atrelada à instância de produção. Há que se considerar, porém, que a tecnologia e a cultura participativa que caracterizam o contexto de convergência midiática em que o rádio está inserido, são fatores que tensionam continuamente essa autoridade e os próprios processos produtivos do jornalismo de rádio.

Referências bibliográficas:

BALSEBRE, Armand. **El lenguaje radiofónico**. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2007.

CARVALHO, Carlos Alberto. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

EXCLUSIVO: 104 FM acirra disputa pela liderança no FM da Grande Porto Alegre. **Tudo Rádio**. 2017. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/17822-exclusivo-104-fm-acirra-disputa-pela-lideranca-no-fm-da-grande-porto-alegre>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

GUARINOS, Virginia. **Manual de narrativa radiofónica**. Madrid: Síntesis, 2009.

LEAL, Bruno Souza. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-27.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 25-48.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Ed. UnB, 2013.



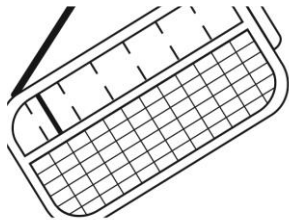
Vol 10, Num 01
Edição Janeiro – Junho 2019
ISSN: 2179-6033
<http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras>

PRINCE, Gerald. **A dictionary of narratology**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989.

QUADROS, Mirian Redin de. **O lugar do ouvinte nas narrativas radiofônicas**: concessão de voz e critérios de acionamento dos ouvintes-enunciadores. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, Faculdade de Comunicação Social, UFSM, Santa Maria, 2018.

QUADROS, Mirian Redin de; AMARAL, Márcia Franz. O ouvinte-enunciador nas narrativas radiofônicas: as disputas pelo poder de voz. **Rizoma**, v. 4, n. 2, p. 108-121, dez. 2016.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 258-277.



O lugar do ouvinte nas narrativas jornalísticas radiofônicas: o projeto dramático como critério de acionamento e concessão de voz

Mirian Redin de Quadros e Márcia Franz Amaral

Abstract

The article points out the dramatic project as a fundamental criterion for granting voice to listeners in the process of configuring radio journalistic narratives broadcasted in real time. Founded in theory and methodology developed by Luiz Gonzaga Motta (2013), a research seeks as discursive brands that denote the criteria used by radios professionals to engage listeners, raising them to the position of narrative characters. The text analyzes three narratives broadcasted in 2016, by the program Gaúcha Atualidade, from Rádio Gaúcha. The article concludes by emphasizing the argumentative and intentional character of the narratives, and reflects the reasons why radio broadcasters encourage interaction and granted to their listeners, even momentarily and in a controlled manner, a privileged space for enunciation.

Keywords: Journalistic narrative; Radio journalism; Listener participation.

Resumen

El artículo señala el proyecto dramático como un criterio fundamental para la concesión de voz a los oyentes en el proceso de configuración de las narrativas de noticias de radio transmitidas en tiempo real. Basada teórica y metodológicamente en el trabajo de Luiz Gonzaga Motta (2013), la investigación busca marcas discursivas que indiquen los criterios responsables de guiar a los profesionales de la radio en la activación de los oyentes, elevándolos a la posición de personajes narrativos. El texto analiza tres narraciones transmitidas en 2016, por el programa Gaúcha Atualidade, de la emisora Rádio Gaúcha. El artículo concluye enfatizando el carácter argumentativo e intencional de las narraciones, y reflexiona sobre las razones por las cuales los radiodifusores fomentan la interacción con sus oyentes y les otorgan, aunque sea momentáneamente y de manera controlada, un espacio privilegiado para la enunciación.

Palabras Clave: Narrativa periodística; Radioperiodismo; Participación del oyente.